

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.373 - MG (2019/0225282-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **ADEMAR ANDRE DE BORBA**
RECORRENTE : **MARIA DO CARMO OLIVEIRA BORBA**
ADVOGADOS : **ROBERTO HENRIQUE COUTO CORRIERI - DF019071**
 BERNARDO FRANCO VIANNA E OUTRO(S) - MG099013
RECORRIDO : **MARIA REGINA BRAZ PINHEIRO**
RECORRIDO : **ROBERTO DE MELO PINHEIRO**
ADVOGADO : **SORAIA PEREIRA LARA E OUTRO(S) - MG044858**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESOLUÇÃO DE CONTRATO. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. INTERPRETAÇÃO DO TÍTULO E DO CONTRATO. COISA JULGADA. INSINDICABILIDADE. ATRAÇÃO DO ENUNCIADO 7/STJ. PROGNÓSTICO DESFAVORÁVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. TERMO INICIAL. A PARTIR DO DESEMBOLSO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ADEMAR ANDRE DE BORBA E OUTRO em face de acórdão do TJMG, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS - ARRAS - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. - 1. As arras devem ser pactuada expressamente, se não estipuladas, interpreta-se o sinal como antecipação do pagamento. 2. Em caso de rescisão de contrato de compra e venda de imóvel, a correção monetária das parcelas pagas, para efeito de restituição, incide a partir de cada desembolso.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 273/280).

Superior Tribunal de Justiça

No recurso especial, interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, os recorrentes apontaram ofensa aos seguintes dispositivos: (I) arts. 505 e 508 do CPC, sustentando que (a) o acórdão recorrido, interpretando literalmente o dispositivo do julgado em execução, acabou por violar a coisa julgada, dizendo inexistente a previsão de arras, quando a sentença determinou de forma expressa - ainda que nos seus fundamentos - a retenção; (b) a ofensa à coisa julgada também se faz presente ao se estabelecer marco temporal para a correção monetária diverso do previsto no título executivo, fixando a contar de cada desembolso; (II) art. 1.022, II, do CPC, alegando que, caso não se considere prequestionada a questão federal controvertida, impõe-se o provimento do recurso especial diante da omissão não sanada via embargos de declaração.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 315/316.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Estando a matéria devidamente prequestionada, fica prejudicada a análise da ofensa ao art. 1.022, II, do CPC.

A controvérsia cinge em analisar a ocorrência ou não da preclusão *pro judicato* e, ainda, e a eficácia preclusiva da coisa julgada, expressos nos arts. 505 e 508 do CPC, além de questão relativa à correção monetária.

Discute-se, notadamente, se o título executivo determinou a retenção ou a devolução das arras em face do desfazimento do negócio e, ainda, a incidência de correção monetária.

Bem se vê que a discussão se restringe à interpretação do título executivo e não da lei, o que, assim, revelaria atraído o enunciado 7/STJ.

No mais das vezes, para a verificação da violação da coisa julgada tem-se a analisar provas, ou seja, a decisão prolatada em outra ação ou fase do processo e a que agora estaria a ser exarada.

O acórdão recorrido sobre a questão pontuou:

A sentença que decidiu a ação de rescisão de contrato de compra e venda de bem imóvel, transitada em julgado, é clara

Superior Tribunal de Justiça

*ao condenar à **devolução de 80% do valor efetivamente pago pelos agravantes**, não tendo determinado a dedução de nenhum outro valor além desse percentual.*

O acórdão exequendo (ff. 56/59- doc. único) não modificou a sentença para condenar à restituição de qualquer outra parcela, ou, especificamente, a dedução de quantia a título de arras.

Assim, com a devida venia, não pode prevalecer a decisão que acolheu a impugnação ao cumprimento de sentença e determinou a extirpação do valor referente as arras da quantia a ser restituída aos agravantes.

Isso porque, pelo contrato de compra e venda acostado aos autos, vê-se que não há estipulação de arras, sendo R\$ 107.000,00 referentes à primeira parcela contratual (ff. 33/34 - doc. único). Não houve pagamento de arras.

Ademais, sabe-se que as arras devem ser pactuadas expressamente, e se não estipuladas, interpreta-se o sinal como antecipação do pagamento.

Não vejo como ultrapassar o enunciado 7/STJ, pois o acórdão pautou-se, especialmente, no contrato resolvido e na decisão anteriormente prolatada na fase cognitiva. Acatar os argumentos dos recorrentes, entendendo pela modificação do título executivo, demandaria, necessariamente, rever a decisão transitada em julgado e o contrato, o que é inviável em sede de recurso especial.

Quanto à correção monetária, com razão o acórdão recorrido. Consta dos autos que a decisão executada teria sido omissa quanto ao termo inicial da correção monetária. Os recorrente colacionam trecho da sentença, afirmando que incidiria a contar da citação.

Contudo, o comando da sentença não é expresso quanto ao termo inicial da correção monetária, fazendo menção, apenas, no termo inicial dos juros moratórios de 1%, a contar da citação.

Portanto, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte no sentido de que a correção monetária e os juros, enquanto

Superior Tribunal de Justiça

consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e podem ser analisados até mesmo de ofício, bastando que a matéria tenha sido debatida no Tribunal de origem. À propósito:

PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. GDAP. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO OU COISA JULGADA. CRITÉRIOS DE CÁLCULO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Inicialmente, constata-se que não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente embasada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

(...)

3. Nos termos da jurisprudência do STJ, "a aplicação de juros e correção monetária pode ser alegada na instância ordinária a qualquer tempo, podendo, inclusive, ser conhecida de ofício. A decisão nesse sentido não caracteriza julgamento extra petita, tampouco conduz à interpretação de ocorrência de preclusão consumativa, porquanto tais institutos são meros consectários legais da condenação." (AgInt no REsp 1.353.317/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 9/8/2017).

4. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". 5. Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art.

105, III, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010. 6. No que toca ao excesso de execução, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, como defendido nas razões recursais, demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em Recurso Especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido em relação à

Superior Tribunal de Justiça

preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015 e, nessa parte, não provido.

(REsp 1804669/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 02/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Consoante o entendimento do STJ, a correção monetária e os juros de mora, como consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e podem ser analisados pelas instâncias ordinárias até mesmo de ofício, o que afasta suposta violação do princípio do non reformatio in pejus.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1663981/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 17/10/2019)

Por fim, ao fixar a correção monetária sobre as parcelas pagas a partir do desembolso, a Corte de origem trilhou caminho alinhado à jurisprudência desta Corte Superior.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS. DESISTÊNCIA PELO COMPRADOR. RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS PAGAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DESEMBOLSO. 1. Ação de rescisão contratual cumulada com devolução de quantias pagas.

2. A existência de omissão na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.

3. Em caso de rescisão de contrato de compra e venda de imóvel, a correção monetária das parcelas pagas, para efeito de restituição, incide a partir de cada desembolso.

4. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem a atribuição de efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no REsp 1813490/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA EM CONSTRUÇÃO. RESCISÃO. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS ALTERAÇÃO DE TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADOS EM ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A correção monetária não é acréscimo, gravame ou acessório, visa apenas a salvaguardar o poder aquisitivo da moeda, fazendo com que o débito pago no futuro seja idêntico ao débito original, tal como surgiu. Revela-se como mero reajuste do valor histórico, ou nominal, objetivando a sua preservação contra os efeitos corrosivos da inflação. Ela mantém no tempo o equilíbrio da relação jurídica de direito obrigacional, fazendo permanecer a proporcionalidade de valor entre o débito e o crédito.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é assente em afirmar que, em caso de rescisão de contrato de compra e venda de imóvel, a correção monetária das parcelas pagas, para efeitos de restituição, incide a partir de cada desembolso, na linha do que decidiu o acórdão objeto do recurso especial.

3. Atento a essas premissas, forçoso concluir que o termo "devidamente corrigidas" constante do título executivo judicial impede que se possa adotar o entendimento de ser devida a correção monetária a partir da citação, por mais que a redação do acórdão possa induzir a esse entendimento equivocado.

4. Agravo regimental provido para negar provimento ao agravo em recurso especial.

(AgRg no AREsp 478.627/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 15/08/2014)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator